



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 0430/2025.



Dispõe sobre o novo enquadramento dos servidores públicos ocupantes do cargo/função de Agente Administrativo, Assistente Administrativo e Auxiliar Administrativo, integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Município de Fortaleza para o ambiente de especialidade Gestão Pública, instituído pela Lei n.º 9.277, de 10 de outubro de 2007, na forma que indica, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica assegurado o novo enquadramento aos servidores públicos ocupantes do cargo/função de Agente Administrativo, Assistente Administrativo e Auxiliar Administrativo, integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Município de Fortaleza para o ambiente de especialidade Gestão Pública, instituído pela Lei n.º 9.277, de 10 de outubro de 2007.

§ 1º Para fins de enquadramento no novo padrão de vencimento, ficam incorporados ao vencimento-base, pelo somatório, a Gratificação de Exercício de Atividade Administrativa (GEAD), a que se refere o art. 46 da Lei nº 9.277/2007, e a verba Diferença de Ajuste de Plano de Cargos (DAP 300), prevista no inciso I do art. 35 da referida Lei nº 9.277/2007, nos valores percebidos pelo servidor no mês anterior à publicação desta Lei.

§ 2º O enquadramento no novo padrão de vencimento do servidor dar-se-á por aproximação salarial na matriz hierárquica salarial correspondente à carga horária de 180 horas mensais, no cargo/função, nível de classificação B e estágio de carreira correspondentes à situação funcional no mês anterior à publicação desta Lei.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 3º Verificada a existência de eventual decesso remuneratório quando do novo enquadramento de que trata esta Lei, a diferença remuneratória do atual enquadramento para o novo enquadramento será devida e paga a título de Vantagem Pessoal Reajustável (VPR).

§ 4º Em decorrência da incorporação ao vencimento-base de que trata o § 1º deste artigo, ficam extintas, exclusivamente para os cargos de Agente Administrativo, Assistente Administrativo e Auxiliar Administrativo, a Gratificação de Exercício de Atividade Administrativa (GEAD), bem como a verba Diferença de Ajuste de Plano de Cargos (DAP 300), previstas na Lei n.º 9.277, de 10 de outubro de 2007.

§ 5º A matriz salarial correspondente à carga horária de 180 horas mensais do nível de

§ 6º classificação B fica acrescida em 10 (dez) referências, totalizando 45 (quarenta e cinco) padrões de vencimentos, a ser reeditada posteriormente, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo municipal.

§ 7º Ato da Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão será publicado com o Quadro Discriminativo de Enquadramento previsto no *caput* deste artigo.

Art. 2º Fica criada a Gratificação por Atividade de Apoio Educacional (GAE) no percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento-base, para os servidores públicos ocupantes do cargo/função de Agente Administrativo, Assistente Administrativo e Auxiliar Administrativo, enquadrados no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Município de Fortaleza para o ambiente de especialidade Gestão Pública, enquanto estiverem lotados e em efetivo exercício na Secretaria Municipal da Educação (SME).

§ 1º Para fins da percepção da GAE, não serão considerados como efetivo exercício os afastamentos previstos nos incisos V e na alínea “d” do inciso IX do art. 45 da Lei n.º 6.794, de 27 de dezembro de 1990.

§ 2º Fica assegurada a contribuição previdenciária incidente sobre a GAE na forma da legislação vigente.

§ 3º A GAE será incorporada aos respectivos proventos por ocasião da aposentadoria, bem como será considerada para fins de instituição de pensão, desde que o período de percepção do benefício seja igual ou superior a 60 (sessenta) meses ininterruptos ou 84 (oitenta e quatro) meses intercalados.

Art. 3º Fica assegurado o direito ao retorno às atividades laborais na Secretaria Municipal da Educação (SME) aos servidores públicos ocupantes do cargo de Agente



Coordenadoria das Comissões Técnicas

Administrativo, aprovados no Concurso Público regido pelo Edital n.º 031, de 07 de julho de 2003, da extinta Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS), na forma e condições previstas nesta Lei.

§ 1º O retorno previsto no *caput* deste artigo será formalizado mediante assinatura de requerimento administrativo protocolado pelo servidor interessado, no qual este se manifestará, de forma expressa e irrevogável, pela mudança da lotação do seu atual órgão para a SME.

§ 2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deste artigo deverá ser efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

§ 3º Fica o Município de Fortaleza obrigado a relatar o servidor junto à SME no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do respectivo protocolo.

§ 4º Decreto do Chefe do Poder Executivo municipal será publicado com o Quadro Discriminativo da Relotação previsto no parágrafo anterior.

Art. 4º O novo enquadramento de que trata esta Lei é extensivo aos aposentados e seus pensionistas, ocupantes de cargo/função de agente administrativo, assistente administrativo e auxiliar administrativo integrantes do PCCS da Gestão Pública, alcançados pelo art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005.

Parágrafo único. O novo enquadramento também é abrangente aos servidores ocupantes dos cargos mencionados no *caput* que estejam com processo de aposentadoria pendente na data de publicação desta Lei.

Art. 5º Em virtude de sua natureza *propter laborem*, a GAE de que trata esta Lei não será aplicada aos aposentados e seus pensionistas, ocupantes de cargo/função de agente administrativo, assistente administrativo e auxiliar administrativo, ainda que alcançados pelo art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005.

Parágrafo único. A GAE também não será devida aos servidores com processo de aposentadoria pendente na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo municipal disciplinar, por meio de Decreto ou outro ato normativo, medidas complementares que julgar necessárias.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada órgão e/ou entidade do Poder Executivo Municipal, suplementadas, se necessário.



CÂMARA DE FORTALEZA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Parágrafo único. As despesas com folha de pagamento e encargos decorrentes desta Lei, em relação aos servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria Municipal da Educação (SME), serão custeadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

COORDENADORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 24 DE Junho DE 2025.



Presidente